

Posicionamento apresentado pelo Caucus Global de Mulheres em reunião com os representantes do Grupo Latino Americano e Caribenho, durante o II Prepcom.

Em nome do Caucus Global de Mulheres nesta reunião do Comitê Preparatório da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas nós gostaríamos de agradecer a oportunidade de estar apresentando nossas principais demandas aos senhores e senhoras. Antes de mais nada queremos destacar, de público, nosso reconhecimento quanto ao importante papel que o GRULAC tem desempenhado na discussão de alguns dos temas centrais para nós, mulheres de todo o mundo.

Elegemos 9 pontos para trazer ao GRULAC, que dizem respeito aos afrodescendentes: povos indígenas; às discriminações baseadas em castas; migrantes, orientação sexual, HIV AIDS, globalização e pobreza, família humana e Protocolo Opcional à CEDAW

A princípio, gostaríamos de deixar claro que a interseccionalidade das múltiplas discriminações sofridas pelas mulheres tem resultados exponenciais que devem ser visibilizados e atacados. A garantia de direitos, o desenvolvimento de políticas públicas e programas com perspectiva de gênero e étnico-racial, bem como a alocação de recursos em nível nacional, regional e global para a eliminação das barreiras sistêmicas que impedem o alcance da equidade é um imperativo. Além disto, é fundamental monitorar e avaliar os resultados obtidos a partir de tais investimentos e iniciativas, para o quê consideramos importante a definição de indicadores globais que possam medir os impactos alcançados ao longo do tempo.

AFRODESCENDENTES

O Caucus Global de Mulheres entende que e o tráfico transatlântico de escravos e a escravização dos povos africanos representou um crime de lesa à humanidade pelo qual se deve reparação à África e aos afrodescendentes. Os filhos e filhas gerados pelas mulheres africanas foram cruelmente transformados/as em mercadoria, para gerar mais valia aos traficantes de escravos e escravas e aos senhores de escravos e escravas nas colônias. Os corpos das mulheres afrodescendentes foram violentados, estuprados e a miscigenação nas Américas e no Caribe começou assim.

E ainda hoje, a situação social, econômica e política das mulheres afrodescendentes nas Américas, comparativamente à população branca, não deixa dúvidas sobre o tamanho do desafio que há que se enfrentar para alcançar a equidade racial e de gênero e a igualdade de direitos. Há uma dívida histórica, social, moral, humana enormes que têm que ser paga.

A superação deste quadro de brutal desigualdade gerado pelo nosso passado colonialista, pelos persistentes e presentes racismo e sexismo, exige a definição de estratégias e a alocação de recursos para a adoção de políticas públicas direcionadas à população afrodescendente e com perspectiva de gênero, bem como de ações afirmativas dirigidas à população afrodescendente em geral e às mulheres em particular.

Reconhecendo a importância da Conferência de Santiago no tratamento desta questão, gostaríamos de contar com o apoio do GRULAC para reafirmar e manter em nível global todos os compromissos firmados no Chile.

MULHERES DE POVOS INDIGENAS

Outra ferida aberta do passado colonial diz respeito aos povos indígenas. Neste sentido, é necessário que este Prepcom reafirme e garanta-lhes o tratamento como povos indígenas, e às mulheres, a condição de pertencentes a estes povos, nomeando-as como mulheres de povos indígenas. Destaca-se ainda a importância de que lhes seja assegurado o direito à livre determinação, bem como a propriedade intelectual.

Entendemos que o desenvolvimento político, econômico, cultural, social e espiritual próprios de cada povo indígena, bem como das instituições e autoridades tradicionais dos povos indígenas deve ser respeitado. Ao mesmo tempo em que afirmamos a necessidade de que se promova e reforce programas dirigidos às mulheres de povos indígenas, objetivando a promoção de seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e coletivos, para superar a situação de desvantagem em que se encontram dadas às múltiplas formas de discriminação que recaem sobre elas.

DISCRIMINAÇÃO COM BASE EM CASTAS

Se o racismo, presente há séculos em nossa sociedade, exige uma resposta contundente desta Conferência; a divisão, por milênios, de sociedades em castas hierarquizadas é inaceitável. As sociedades hierarquizadas em castas reúnem 240 milhões de pessoas na Ásia-Pacífico. A discriminação em razão de casta opera em nível pessoal, social e estrutural, permitindo que muitas pessoas sejam tratadas como inferiores em relação a outras, impedindo o seu acesso aos serviços públicos, incluindo moradia, educação, saúde, terra, emprego, serviços sociais, e outros recursos normalmente disponíveis para cidadãos e cidadãs.

Ademais, a ausência de proteção legal em alguns países para pessoas que tenham sofrido discriminações em razão de casta restringe as possibilidades de exercício de seus direitos humanos e de cidadania, tornando-as mais vulneráveis a todas as formas de violência.

A segregação e a opressão promovida pela estrutura de castas é uma forma de apartheid. Por sua natureza e pela forma como se manifesta representa uma expressão distinta de racismo.

Não se trata de um problema específico de um país, como se quer fazer crer, mas sim de uma questão a ser enfrentada por toda a humanidade, razão pela qual queremos contar com o compromisso firme do GRULAC no sentido de re-inserir no Plano de Ação desta Conferência a seção sobre Discriminação baseada no trabalho e na descendência, no Capítulo que trata dos Grupos em Situação de Desvantagem/Grupos Vulneráveis. A seção foi suprimida durante a segunda intersseccional.

MIGRANTES

O caucus global de mulheres reconhece os importantes aportes trazidos sobre o problema das migrações a partir da Conferência de Santiago, e quer cumprimentar o GRULAC por retomá-los na discussão sobre a Declaração e o Plano de Ação da III Conferência Mundial. Também cumprimentamos a delegação do México por suas propostas sobre o tema das migrações e suas implicações para as mulheres. Registramos o nosso total apoio, na expectativa de um firme compromisso do GRULAC no sentido de não transigir em relação a estas propostas, ao mesmo tempo em que gostaríamos de certificá-los/las de que estaremos trabalhando com todo o nosso empenho no apoio às mesmas.

Ainda no que se refere à questão das migrações, queremos manifestar nossa preocupação com relação às propostas apresentadas pelos Estados Unidos da América – parágrafos 134 a 137, que negam e eliminam os direitos das populações migrantes, sob a alegação (nada razoável) de garantia de soberania nacional. Nossa solicitação ao Grulac vai no sentido de que se proponha a eliminação destes parágrafos.

HIV / SIDA

A Conferência Mundial contra o Racismo deve fazer referências explícitas ao grave problema que representa a crescente feminização, pauperização e coloração da epidemia de AIDS. Entre outros fatores, o número de mulheres contaminadas pelo vírus vem crescendo muito mais do que o de homens porque às relações de poder entre os gêneros, culturalmente constituídas são desiguais. As condições que as mulheres encontram para negociar com seus parceiros o uso da camisinha, especialmente junto aos seus maridos e companheiros, são reduzidas. Por estas razões, o Caucus Global de Mulheres entende que as estratégias de combate à pandemia devem levar em consideração a necessidade de definir leis, políticas e programas que abranjam a perspectiva de gênero, dentro do marco dos direitos sexuais.

Além do mais, a falta de informação e o precário acesso aos serviços de saúde pelas camadas mais empobrecidas da população, notadamente constituída por pessoas que sofrem múltiplas formas de discriminação, inclusive nos serviços de saúde, são fatores para os quais esta Conferência deve apresentar respostas, no sentido de conter o crescimento da pandemia. É urgente tornar a produção de medicamentos e tratamento desta enfermidade acessíveis em todo o mundo, garantindo que o sistema de patentes seja baseado nos princípios de equidade e de justiça social.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

A Conferência de Santiago incluiu entre as múltiplas formas de discriminação aquelas cometidas com base na orientação sexual. Assim sendo, gostaríamos de contar com uma posicionamento firme do GRULAC no sentido de mantê-lo na Declaração e no Plano de Ação Global, para o quê contam com o nosso irrestrito empenho e apoio.

Em la Conferencia de lãs Américas, los gobiernos de la región reconocieron no solamente la discriminación de que son objeto las personas por su orientación sexual, sino que consideraron necesario el impulsar acciones para mejorar las condiciones de las personas y para combatir la discriminacion. Es importante que desde la región esa posición se mantenga y se impulse hacia las otras regiones para que quede plasmado en

el documento de Durban ya que es una condición que afecta a muchas personas en las diferentes regiones del mundo.

GLOBALIZAÇÃO E POBREZA

A globalização econômica e os processos decorrentes de ajuste estrutural têm promovido reformas ao nível do Estado e das relações de trabalho, e reduzido os gastos sociais. A redução das responsabilidades do Estado no que se refere às políticas sociais, em especial nas áreas de seguridade social e saúde têm resultado em sobrecarga de tarefas para as mulheres e tornado suas condições de vida ainda mais precárias, gerando portanto um agravamento da situação, notadamente no que se refere às possibilidades de exercício dos direitos reprodutivos por aquelas mulheres que vivem em condições de pobreza.

Em geral pode-se dizer que considerando o trabalho remunerado e o não remunerado, as mulheres trabalham o dobro que os homens e ganham a metade do que eles recebem. Quando às discriminações baseadas em gênero somam-se o racismo, a xenofobia, a homofobia entre outras múltiplas formas de discriminação decorrentes da condição em que vivem as diferentes mulheres, cria-se um espaço de interseccionalidade, gerador de profundas desigualdades.

Assim como os benefícios do desenvolvimento e da globalização são distribuídos desigualmente entre os sexos, entre as raças, entre o norte e o sul, com os ônus decorrentes dos processos de ajuste estrutural e das novas modalidades de comércio internacional ocorre o mesmo. A Declaração e a Plano de Ação devem reconhecer este fato e apontar soluções.

A FAMÍLIA HUMANA

Durante a última década, as diferentes conferências das Nações Unidas deram destaque à questão da violência familiar e doméstica. Retirou-se, assim, o véu que encobria as relações desiguais de poder entre mulheres e homens, entre adultos e crianças, entre adultos e idosos. Desnudaram-se também os espancamentos e os assassinatos de mulheres cometidos por seus maridos ou companheiros, os inúmeros casos de violência sexual cometidas contra crianças por seus parentes. De maneira que consideramos absolutamente inadequada a utilização da expressão família humana para designar qualidades como as de igualdade, dignidade, equidade, respeito à diversidade. Nos parece que as expressões raça humana ou a unicidade da humanidade estariam melhor colocadas para designar o que se pretende.

PROTOCOLO OPCIONAL À CEDAW

O Caucus Global de Mulheres entende que a CEDAW, o Protocolo Opcional à CEDAW e outros instrumentos de direitos humanos são fundamentais para combater a discriminação contra as mulheres. Neste contexto, a Conferência Mundial contra o Racismo deve recomendar a assinatura e ratificação de todos estes instrumentos, assim como a suspensão das reservas feitas por todos os Estados que ainda não o fizeram.

Genebra, maio/2000